

RESOLUÇÃO PPGS-UFPB Nº 02/2024

Atualiza e substitui a resolução PPGS-UFPB 02/2022 e regulamenta os procedimentos de credenciamento, credenciamento e credenciamento em complementação ao Regulamento do PPGS-UFPB.

O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte, reunido no dia 16 de dezembro de 2024 e no uso de suas atribuições, e considerando as necessidades de:

- (1) Atualizar a regulamentação do credenciamento de docentes permanentes, colaboradores(as) e visitantes no PPGS;
- (2) Atualizar a regulamentação do credenciamento de docentes do PPGS;
- (3) Atualizar a regulamentação da conversão de docentes *permanentes* em *colaboradores (as)*, e vice-versa;

RESOLVE:

I - DO PROCESSO GERAL DE CREDENCIAMENTO, CREDENCIAMENTO E CREDENCIAMENTO, APÓS A CONCLUSÃO DE CADA QUADRIÊNIO

Art. 1º No primeiro semestre do primeiro ano de cada Quadriênio, será realizado e concluído um processo geral de Credenciamento, Credenciamento e Credenciamento no âmbito do PPGS;

Art. 2º O referido processo será constituído das seguintes fases, sendo todas elas realizadas no primeiro semestre de cada Quadriênio:

1. Constituição de uma Comissão de Credenciamento, Credenciamento e Credenciamento, que elaborará um primeiro relatório, com balanço do Quadriênio anterior e propostas de credenciamento, credenciamento e credenciamento;
2. Apreciação e aprovação pelo Colegiado, com eventuais ajustes, das proposições da Comissão contidas no primeiro relatório, considerando: a) definição dos docentes a serem credenciados como permanentes, tendo como referência os critérios de permanência na condição de *docentes permanentes* do Programa; b) definição dos docentes que passarão de *permanentes* a *colaboradores(as)*, tendo como referência os critérios de permanência para *docentes permanentes* no Programa; c) indicação do número de vagas para novos credenciamentos e de sua distribuição pelas Linhas de Pesquisa;

3. Condução do processo de novos credenciamentos, pela Comissão, com lançamento de edital público, tendo como referência os critérios de entrada para *docentes permanentes* no Programa;

4. Apresentação de um segundo relatório pela Comissão ao Colegiado, com as seguintes proposições: a) nome dos selecionados para os novos credenciamentos como docentes permanentes; b) apresentação da indicação dos(as) docentes colaboradores(as) que permanecerão no Programa e dos(as) que, uma vez excedendo o percentual de 30% do conjunto dos docentes permanentes, serão desligados do Programa.

5. Apreciação e aprovação pelo Colegiado, com eventuais ajustes, das proposições da Comissão contidas no segundo relatório e finalização do processo geral de Credenciamento, Recredenciamento e Descredenciamento.

Art. 3º A Comissão de Credenciamento, Recredenciamento e Descredenciamento será constituída de três membros(as).

§1º Os(as) três membros(as) serão escolhidos(as) pelo Colegiado do PPGS, dentre os(as) *docentes permanentes* do Programa, sendo que um(a) deles(a) poderá ser oriundo(a) do quadro de *docentes permanentes* de um outro PPG na Área de Sociologia, com igual ou superior avaliação pela CAPES;

§2º A Comissão será formada por representantes de diferentes Linhas de Pesquisa do Programa.

Art. 4º Para se candidatar ao edital de credenciamento no PPGS, no início de cada Quadriênio, serão exigidos como condições mínimas:

1. Ter publicado no Quadriênio anterior, acrescido do período que se estende até a data do lançamento do referido edital, um mínimo de quatro produções, sendo duas delas em periódico classificado no estrato superior em Sociologia da avaliação CAPES tal qual vigente no quadriênio anterior, e as demais podendo ser em periódico, livro autoral, organização de coletânea e capítulo de livro, sempre observando-se veículos (periódicos e editoras) que adotem boas práticas editoriais editoriais e os critérios usados pela Plataforma Sucupira para estes tipos de publicações.

1. Participar (ou ter participado nos últimos 3 anos), como coordenador(a) ou membro(a), de projeto de pesquisa aprovado por instituição de fomento (CAPES, CNPq ou outra reconhecida como tal), não incluindo PIBIC;

2. Estar vinculado(a) a grupo de pesquisa credenciado na Plataforma do CNPq;

3. Ter coordenado sessões, mesas ou apresentado trabalhos, durante os últimos 3 anos, em ao menos duas ocasiões, em congressos ou encontros de associações nacionais ou internacionais da área de Sociologia e Ciências Sociais.

Parágrafo único. Cabe à Comissão apresentar, para a homologação do Colegiado, outros critérios que venham a ser acrescentados aos definidos acima, para proceder à escolha em caso de se apresentarem mais candidatos do que as vagas disponibilizadas no edital.

Art. 5º Para os(as) docentes *permanentes*, serão exigidos, ao final de cada Quadriênio, como condições mínimas de sua permanência como tal:

2 Ter publicado no Quadriênio anterior um mínimo de quatro produções, sendo uma delas no estrato superior em Sociologia da avaliação CAPES tal qual vigente no quadriênio anterior, e as demais podendo ser em periódico, livro autoral, organização de coletânea ou capítulo de livro, sempre observando-se veículos (periódicos e editoras) que adotem boas práticas editoriais e os critérios usados pela Plataforma Sucupira para estes tipos de publicações.

2.1 Para os (as) docentes que tenham ocupado função de coordenação ou de vice-coordenação do PPGS no Quadriênio anterior, ter publicado, no referido período, um mínimo de uma produção, sendo ela no estrato superior de acordo com a definição da CAPES.

2.2 Docentes que se tornaram mães, inclusive por adoção, no Quadriênio anterior, ter publicado, no referido período, um mínimo de uma produção, sendo ela no estrato superior de acordo com a definição da CAPES. E para quem se tornou pai, nas mesmas condições, um mínimo de duas produções, sendo uma delas no estrato superior de acordo com a definição da CAPES e as demais podendo ser: em periódico se possível junto com discente, livro autoral, organização de coletânea ou capítulo de livro (sendo, quanto a estes últimos três casos, observados os critérios usados pela Plataforma Sucupira para estes tipos de publicações)

3 Ter tido projeto de pesquisa aprovado, durante o Quadriênio, por instituição de fomento (CAPES, CNPq ou outra reconhecida como tal), sendo neste caso considerado também os projetos de PIBIC;

4 Estar vinculado a grupo de pesquisa credenciado na Plataforma do CNPq;

5 Ter coordenado sessões, mesas ou apresentado trabalhos, durante o Quadriênio, em ao menos duas ocasiões, em congressos ou encontros de associações nacionais ou internacionais da área de Sociologia e Ciências Sociais.

6 Ter concluído, no Quadriênio anterior, pelo menos 2 orientações (Mestrado e ou Doutorado) e estar com pelo menos 2 em andamento (Mestrado e ou Doutorado). No caso de docentes recém credenciados (as) no Programa, há necessidade de que tenham ao menos duas orientações em andamento, quando não houver orientações concluídas.

7 Ter ministrado, no Quadriênio, pelo menos 2 disciplinas no Programa (totalizando uma carga horária mínima de 120 horas).

8 Ter participado, no quadriênio, em ao menos 4 comissões aprovadas pelo colegiado.

9 Ter participado de ao menos 75% das reuniões de colegiado do quadriênio.

§1º Os(as) docentes *permanentes* que no Quadriênio anterior não atenderem às exigências acima, serão convertidos(as) em docentes *colaboradores(as)*.

§2º Os(as) docentes *colaboradores(as)* que, durante o Quadriênio em vigência, tiverem atingido todas as exigências acima, poderão solicitar ao Colegiado imediata reconversão à categoria de *permanente*.

Art. 6º Cabe à Comissão apresentar, para a homologação do Colegiado, critérios para proceder à escolha dos(as) docentes *colaboradores(as)* que, em conformidade com o item 2 do Art. 2º, e permanecerão como tal no Programa (uma vez havendo necessidade de descredenciamento por excesso de *colaboradores(as)* frente ao quadro de *permanentes*).

II - DO CREDENCIAMENTO, REcredENCIAMENTO E DEScredENCIAMENTO, DURANTE A VIGÊNCIA DE CADA QUADRIÊNIO

Art. 7º Entre o segundo e o quarto ano de cada Quadriênio, poderá haver credenciamento e descredenciamento de docentes *permanentes* e *visitantes*, assim como poderá haver conversão de *colaboradores(as)* em *permanentes* e descredenciamento de *colaboradores(as)*, desde que se apresentem as condições previstas nos Artigos 8º, 9º e 10;

Art. 8º O credenciamento de novos(as) docentes poderá ocorrer durante o Quadriênio em situações excepcionais, como as previstas abaixo (ou em quaisquer outras assim consideradas pelo Colegiado):

1. Quando, por eventuais descredenciamentos de docentes *permanentes*, uma Linha de Pesquisa se encontre sem docentes *permanentes* credenciados(as);

2. Quando se apresentar a oportunidade de credenciar um(a) docente na condição de *visitante*, oriundo de outra instituição nacional ou estrangeira (por meio de convênio ou de outra forma de projeto de intercâmbio);

3. Quando se apresentar casos de docentes interessados(as) em se credenciar como *permanente* no PPGS, desde que reúnam credenciais bem acima dos critérios mínimos de entrada no Programa, definidos no Art. 4º.

Art. 9º O descredenciamento de docentes *permanentes* ou *colaboradores(as)* poderá ocorrer, por decisão do Colegiado, durante o Quadriênio em situações excepcionais, como as previstas abaixo:

Universidade Federal da Paraíba

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Programa de Pós-Graduação em Sociologia / E-mail: ppgs.ufpb@gmail.com

Campus Universitário – Bloco 5 / Cidade Universitária - 58051-970 – João Pessoa – PB Fone/Fax: 3216 7204

1. Quando cometida falta grave, por parte de algum(a) docente *permanente* ou *colaborador*, assim considerada pelo Colegiado;
2. Quando ocorrer transferência do(a) docente *permanente* ou *colaborador(a)* para outra instituição, de modo que inviabilize sua permanência no Programa;
3. Por razões outras avaliadas pelo Colegiado.

Art 10º Poderá haver conversão de *colaboradores(as)* em *permanentes* e descredenciamento de *colaboradores(as)* nas situações previstas nos Art. 5º, §2º e no item 4b do Art. 2º, respectivamente.

III – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art 11º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação e os casos omissos serão deliberados pelo Colegiado do Programa.

João Pessoa, 16 de dezembro de 2024.